

**O INFANTIL E A FORMAÇÃO DO ANALISTA:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CLÍNICA COM
CRIANÇAS**

Maria Carolina de Araújo Marques*

Não há como considerar a clínica com crianças de forma destacada da formação do analista. Mesmo que o analista não tenha a intenção de atender crianças, não poderá escapar de pensar sobre o infantil, tanto na sua análise pessoal, como na clínica de adultos e nos estudos teóricos. Freud, durante toda a sua obra, tratou de questões relativas à infância e de como essas questões são atemporais para o sujeito. É certo que a psicanálise com crianças tem certos impasses e, por isso, gera resistências que necessitam ser pensadas. As crianças convocam no analista o reencontro com a criança que foi recalcada na sua constituição como sujeito, criança que ele não quer saber mais, mas que não há como se esquivar dela durante a sua formação.

Criança não é um conceito psicanalítico, o que não nos desocupa de tentar definir, à luz desse campo, o que se quer dizer com esse significante do nosso laço social. São várias as significações possíveis, que mudam de acordo com o tempo e a cultura. O conceito de criança nem sempre existiu. Claro que nunca houve um tempo em que o bebê humano tenha vindo ao

*Psicanalista, ME do Toro – Escola de Psicanálise. Psiquiatra: marquesmariacarolina@hotmail.com

mundo pronto para dar conta de sua existência, como podem fazer os adultos. Mas a diferenciação dessa fase da vida como um tempo em que a criança deve ser protegida, amparada e educada pelos adultos, especialmente seus pais, é recente na história da humanidade. A criança de hoje é então entendida na cultura muitas vezes como um ser imaturo, inocente e desprovido de sexualidade. Se algo desse entendimento é passível de questionamento, foi graças aos estudos freudianos da infância e da neurose. No campo da psicanálise, essas significações vão sendo desveladas para tentarmos definir o que do sujeito diz respeito à criança.

Em primeiro lugar, o sujeito não tem idade. Ele não nasce, nem se desenvolve. Ele se constitui. E se constitui precisamente no campo da linguagem, através de uma estruturação. A concepção de desenvolvimento de certos campos teóricos encobre as descontinuidades dos movimentos dessa estruturação (VORCARO, 1999), pois considera que o organismo vai atingindo a maturidade de forma linear e progressiva, sem nunca voltar aos estados anteriores, contando com a satisfação das suas necessidades para que assim proceda.

Para a psicanálise, ao contrário dessa noção de desenvolvimento, o sujeito se constitui em uma série de tempos marcados não por uma cronologia e sim por um intercalar de posições em que ele vai se situando no discurso. Além disso,

não existe a satisfação da necessidade. Não é que a necessidade não exista, mas não há como saber dela sem a mediação a linguagem, o que já a modifica (ELIA, 2004). Nesse sentido, tampouco há instinto, pois haver instinto implica a possibilidade de satisfação desse instinto, e por isso, Freud (1915) usou o termo “pulsão” para designar aquilo que do humano se encontra apoiado na necessidade, mas já transformado pela linguagem. A linguagem perverte a natureza do ser.

A constituição do sujeito da psicanálise, ocorre, assim, numa espécie de trama animada por um Outro preexistente, encarnado pelos cuidados maternos. Essa trama é tecida a partir das sobreposições das dimensões do Real, Simbólico e Imaginário, em uma alternância de movimentos que seguem uma diacronia lógica e uma sincronia de inscrições, que pode ser explicada pela topologia do nó borromeano, resultando na instalação do sujeito no campo da linguagem. O sujeito não preexiste à linguagem, ele é efeito da divisão própria ao funcionamento dela.

Na cadeia significante produzida pelo campo do Outro, em seu discurso, surge um lugar prévio do sujeito, um desejo a ele dirigido. Ou seja, antes mesmo que venha ao mundo, já preexiste uma história sobre o bebê, sobre a família que o recebe, ele já tem um nome, etc., advindos do imaginário parental. O sujeito para se constituir não pode prescindir desse

Outroprimordial, que vai promover tanto um apaziguamento das urgências vitais como vai lhe conferir um lugar no discurso. O sujeito então se aliena a esse lugar, confundindo-se com o que é suposto dele, para então, só depois, se separar dele e constituir um desejo próprio.

No apaziguamento das urgências vitais, que seriam da ordem da necessidade, fica um registro de satisfação, mas esse ser de gozo é interpelado pela linguagem separando-o desse gozo e referindo-o a uma falta. Toda a estruturação do sujeito vai ser marcada por essa hiância entre o gozo esperado, para o qual falta o objeto, e o gozo obtido pelos objetos oferecidos pelo Outro. Essa hiância vai sendo recoberta pelo trançamento dos registros RSI, mas nunca suprimida. Nas palavras de Ângela Vorcaro:

As sobreposições em que o Real incide no Simbólico e este, no Imaginário, encurralam-se num ponto central que demarca a causa vazia da realidade psíquica de um sujeito desejante: o objeto que viria satisfazer seu gozo, é um objeto insensato do qual não há ideia (VORCARO, 1999, p.63).

Tal objeto foi chamado por Lacan de objeto *a*, que é um objeto negativo, fundamentalmente faltoso, em torno do qual se constitui a estrutura de linguagem do sujeito. Ele só pode ser

reconhecido por fragmentos de gozo que o sujeito pode vir a obter.

Na medida em que o discurso do Outro apresenta falhas, lacunas, próprias do funcionamento significante, o sujeito encontra a falta também no Outro. E vai precisar dar um sentido a essa falta. Ele só poderá dar sentido a essa falta a partir do fechamento da estrutura do nó, quando opera a função paterna, que é a significação do desejo da mãe a partir de um significante que Lacan denominou Nome-do-Pai, “vetor de uma encarnação da Lei no desejo”(LACAN, 1969, p. 369). Ou seja, o desejo da mãe está apontado para algum outro lugar, e não basta apenas isso, é preciso que haja uma hipótese de alguém que saiba o que ela deseja. Para Lacan, esse alguém, seja lá quem for, está encarnando a função paterna.

A partir daí ocorre o desdobramento significante e dessa forma, o desejo. Como efeito da linguagem, o sujeito só vai poder ser representado na cadeia significante, entre um significante e outro, dividido do objeto que lhe causa o desejo.

O que é uma criança, afinal? Ainda nas palavras de Ângela Vorcaro:

Criança, portanto, é a consistência imaginária que se dá a essa lógica temporal de extração de um sujeito a partir da imanência vital, percurso estruturado a partir de sua posição numa

estrutura que o precede(VORCARO, 1999, p.65).

É um tempo em que a criança está muito referida ao que se supõe dela, devido à precariedade simbólica própria desse tempo do percurso.

O infantil, no entanto, se estende para além do tempo da infância e se deve aos impasses da relação com o Outro. O sujeito não pode prescindir do Outro para existir, mas nada garante que esse Outro vai continuar assegurando sua subsistência (SAURET, 1998). Ele precisa então contar com o gozo do Outro, o que gera uma questão: o que o Outro quer de mim? A resposta é um impasse. Cito Marie-Jean Sauret:

Se o sujeito convier ao Outro, correrá o risco de ser devorado segundo as modalidades de gozo oral que ele conhece, ou levado à ablatividade segundo as do gozo anal. E se não convier, correrá o risco de ser "vomitado" segundo as modalidades da metáfora oral ou "deixado largado" segundo as da metáfora anal (SAURET, 1998, p.20)

O impasse só pode ser solucionado a partir de um terceiro elemento que entra na relação com o Outro materno, que é o pai, significando o desejo materno e interditando o sujeito do gozo. Mas ficarão resquícios de gozo que são precisamente o que Freud(1917) apontou como “fixação” para

dizer dos fragmentos grafados no psiquismo nos primórdios da constituição psíquica. Em termos lacanianos, são os traços não elimináveis de gozo do Outro, que passam ao inconsciente como fantasma ou fantasia fundamental, que vão modular o desejo e as modalidades de gozo por toda a vida do sujeito. Esse infantil imperecível repete seu traço no fantasma, como objeção ao saber (SAURET, 1998).

O que pode ser lido nas manifestações da criança é um ciframento, e não um sentido apreensível, assim como em qualquer análise. Porém, é preciso contar com o texto do analisante; e, no caso da criança, esse texto ainda é precário. É preciso, então, situá-la na temporalidade da estruturação, pois daí incide o lugar em que o analista deve se situar na intervenção (VORCARO, 1999). Se na análise com neuróticos, em que a função significante está instaurada, o analista se coloca no lugar de causa do desejo, na análise de psicóticos e autistas ele só pode exercer o lugar de Outro primordial. Seja qual for o tempo da estruturação em que a criança se encontra, o analista deve permitir a escansão do simbólico, possibilitando a construção do texto da criança, deslizando a cadeia significante para daí advir um desejo. Para isso ele vai precisar dispor de adaptações da técnica, muitas vezes emprestando significantes e imaginário, sobre os quais ela se apoiará para poder sair da posição de objeto do fantasma parental e construir um fantasma

para si. Nesse sentido, podemos falar da construção do fantasma na análise de crianças. Cito Ângela Vorcaro:

As relações de implicação entre o sintoma e o fantasma não estão bem distinguidas na teoria e na clínica, especialmente porque, enquanto o sintoma está submetido ao funcionamento simbólico, sendo portanto uma cifragem, um enigma que interpreta e demanda interpretação, o fantasma incide não como funcionamento, mas como inércia, como o que escapa a essa cifragem, numa lógica regida pela falta no campo significante: um real do simbólico, que subsiste separado do modo de manifestação do sintoma. Nos termos de Jerusalinsky (num seminário em São Paulo, 1996), o fantasma é o que o sujeito é, enquanto o sintoma é o modo como o sujeito se defende do que ele é (VORCARO, 1999, p. 70).

Uma vez que a criança está do lado do gozo que falta ao Outro, ela convoca o fantasma do analista, tornando a análise com crianças muito mais difícil que a análise de adultos, mas também de grande valia na formação do analista. É preciso acolher a criança sem gozar às custas dela, mesmo que ela se ofereça como objeto para seu gozo, uma separação difícil e exigente. Cabe ao analista se livrar da tentação pedagógica de conduzir o sujeito a um ideal para fazer valer a ética da psicanálise, localizando em si mesmo o que é como objeção ao saber, para poder intervir de modo que o analisante não encontre

obstáculos a encontrar aquilo que não há Outro que responda (VORCARO, 1999). Possibilitar que a criança saia de suas determinações de linguagem através de seu ato de fala e se instalar no laço social é o que visa a análise de crianças. Como em toda análise: substituir a inocência infantil pela responsabilidade do ato.

REFERÊNCIAS

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FREUD, S. **Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **Obras completas, volume 13: conferências introdutórias à psicanálise (1917)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LACAN, J. Nota sobre a criança. In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAURET, M.-J. **O infantil e a estrutura: conferências em agosto de 1997**. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

VORCARO, A. **Crianças na psicanálise: clínica, instituição e laço social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.